



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL
QUARTA PROCURADORIA

OFÍCIO Nº 457/2020-MPC/PG

Brasília, 8 de outubro de 2020.

Excelentíssimo Senhor Conselheiro,

A par de cumprimentá-lo, reporto-me ao **Processo nº 00600-00004885/2020-08-e**, autuado por força da Decisão nº 2.489/2020¹, por meio da qual o Tribunal autorizou a realização do exame de regularidade nos Termos de Colaboração celebrados entre a então Secretaria de Estado do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos do Distrito Federal – SEDESTMIDH/DF, atual Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal – SEDES/DF, e diversas Organizações da Sociedade Civil – OSCs, com o objetivo de realizar acolhimento institucional e proteção social para crianças, adolescentes, deficientes, idosos e moradores de rua em situação de vulnerabilidade.

Nesses autos, foi juntada a Representação nº 11/2020-G4P², formulada por este Órgão Ministerial, a fim de que fossem apuradas possíveis irregularidades no **Termo de Colaboração Emergencial nº 1/2020** celebrado entre a **SEDES/DF** e o **Instituto Tocar**, que tem por objeto o Serviço de Proteção em Situação de Calamidade Pública e de Emergência, mediante a promoção de apoio e proteção à população em situação de rua atingida pelas medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, com a oferta de alojamento provisório, atenções e provisões materiais, conforme as necessidade detectadas.

A exordial foi conhecida por meio da Decisão nº 4.084/2020³, mediante a qual foi autorizada a inclusão dos fatos narrados no escopo do exame de regularidade acima mencionado.

Ao Excelentíssimo Senhor
JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS
Conselheiro do Tribunal de Contas do Distrito Federal-TCDF
Brasília-DF

¹ e-DOC 87A03DEA-c

² e-DOC 3B097E26-e

³ e-DOC EE61584B-e



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL
QUARTA PROCURADORIA

Nesse contexto, tendo em vista que Vossa Excelência é o Relator do referido Processo, **informo** que, na edição do DODF nº 191, de 7/10/2020, p. 67, foi publicado o extrato do **Terceiro Termo Aditivo ao Termo de Colaboração Emergencial nº 1/2020**, visando à prorrogação da vigência do ajuste por mais 3 (três) meses.

Atenciosamente,

MARCOS FELIPE PINHEIRO LIMA
Procurador-Geral